

ÍNDICE

PALAVRAS DO TRADUTOR	V
INTRODUÇÃO	XIII
Capítulo 1: A NORMA	1
I. A palavra “norma”; sua significação	1
II. Diferentes espécies de normas: Normas de Direito, de Moral, de Lógica – Normas como objeto do conhecimento: Ciência do Direito, Ética, Lógica	1
III. A norma como sentido de um ato de vontade	2
IV. O dever-ser como categoria original	3
V. A validade da norma	3
VI. Cumprimento, violação e aplicação de uma norma	4
VII. “Norma” e “normal”	5
VIII. A positividade da norma	6
IX. As normas do chamado Direito Natural	7
a) A vontade na natureza	7
b) A vontade de Deus na natureza	8
c) Direito Natural como Direito da Razão; meramente normas pensadas	9
d) O conceito da razão prática	10
X. Normas individuais e gerais	10
XI. Norma e destinatário de norma	12
Capítulo 2: NORMA E RELAÇÃO MEIO-FIM: DEVER-SER E TER DE – NECESSIDADE TELEOLÓGICA (CAUSAL) E NORMATIVA – NORMA E FIM	13
Capítulo 3: IMPERATIVOS HIPOTÉTICOS DE KANT – OS IMPERATIVOS DE “HABILIDADE” – IMPERATIVOS HIPOTÉTICOS E CATEGÓRICOS	18
Capítulo 4: NENHUMA RELAÇÃO LÓGICA ENTRE O QUERER DO FIM E O QUERER DO MEIO	21
I. A proposição: “quem quer o fim, tem de querer o meio”	21
II. A proposição: “o fim sagra o meio”	24
Capítulo 5: NORMAS GERAIS DA MORAL POSITIVA E DO DIREITO POSITIVO – SEMPRE NORMAS HIPOTÉTICAS	25

Capítulo 6:	LEI NATURAL E LEI SOCIAL (JURÍDICA E MORAL)	29
I.	A ligação causal e normativa de condição e consequência	29
II.	Sanções da Moral e do Direito como Garantias da Eficácia destas Ordens Normativas	30
III.	O Princípio Retributivo	31
Capítulo 7:	CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO	31
I.	O Princípio da Imputação	31
II.	Causalidade e Imputação como dois diferentes modos de nexos funcional	32
III.	Ciência Natural e Ciência Social	33
Capítulo 8:	O ATO QUE ESTABELECE A NORMA: SEU CONTEÚDO E SUA DESCRIÇÃO — A NORMA: SUA VALIDADE E SEU CONTEÚDO	34
I.	Ato e sentido do ato	34
II.	Norma e enunciado	34
III.	Querer e desejar	34
IV.	Ordem e norma. Ordem autorizada	35
V.	Sentido subjetivo e objetivo de ato de ordem	35
VI.	Validade como existência ideal da norma	36
VII.	Cada norma pressupõe duas pessoas: a que fixa a norma e o destinatário da norma	37
VIII.	Objeto da norma: conduta humana	38
IX.	As normas de uma Moral autônoma; o eu e o outro eu	39
Capítulo 9:	ANÁLISE DE ATO DE VONTADE, DE SEU SENTIDO E DE SUA EXPRESSÃO	39
I.	Querer da própria conduta e querer que é dirigido à conduta de outrem: dever-ser, o sentido de um querer dirigido à conduta de alguém	39
II.	O sentido de um ato: o que se pensa como o ato — Sentido de um ato de vontade e sentido de um ato de pensamento	41
III.	A significação de uma expressão lingüística: o que ela “designa”, seu objeto	42
IV.	A significação de uma expressão lingüística e o entendimento desta significação	44
Capítulo 10:	ATO DE COMANDO, COMANDO E CUMPRIMENTO DE COMANDO	46
I.	Análise de ato de comando; os processos interiores	46
II.	Comando e cumprimento de comando como nexos causal	47
III.	Cumprimento como reação específica a um comando	48
IV.	A questão fática de um comando e seu cumprimento — não descritível sem referência a processos interiores	49
V.	“O galo chama as galinhas através de seu canto”	50

Capítulo 11:	RECONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE UMA NORMA . .	52
I.	Adesão a um comando: reconhecimento de uma norma	52
II.	Adesão a um comando e adesão a um enunciado	53
III.	Adesão a um comando e vontade de cumprir o comando	54
IV.	Para distinguir reconhecimento e cumprimento de uma norma . .	55
V.	Querer do próprio fazer e querer que um outro deva fazer algo .	56
Capítulo 12:	VALIDADE E CUMPRIMENTO OU VIOLAÇÃO DE UMA NORMA	57
Capítulo 13:	OBJETIVIDADE DA VALIDADE DE NORMAS GERAIS: OBJETIVIDADE DA VALIDADE DE NORMAS INDIVIDUAIS.	61
Capítulo 14:	OS IMEDIATOS E OS MEDIATOS DESTINATÁRIOS DAS NORMAS GERAIS DO DIREITO E DA MORAL	63
Capítulo 15:	NORMAS JURÍDICAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS – SUBJETIVO E OBJETIVO CUMPRIMENTO E VIOLAÇÃO DE NORMAS	68
Capítulo 16:	OS MODOS DO SER E DO DEVER-SER E O SUBSTRATO MODALMENTE INDIFERENTE	70
I.	Insolúvel dualismo de ser e dever-ser	70
II.	A conduta correspondente a uma norma: igualdade do substrato modalmente indiferente da conduta devida na norma com o substrato modalmente indiferente da conduta existente na realidade	73
III.	Realidade e valor	74
Capítulo 17:	A NEGAÇÃO DO DUALISMO DO SER E DEVER-SER	77
I.	A doutrina das idéias de Platão	78
II.	A Enteléquia de Aristóteles	82
III.	A Teoria do Direito Natural de Thomás de Aquino	88
IV.	Deontologia de Jeremy Bentham	90
V.	Concepção de Ética de Moritz Schlick	92
VI.	Redução do dever-ser a um ser, de Fritz Mauthner	95
VII.	A tentativa de Felix S. Cohen de uma redução do dever-ser a um ser	96
Capítulo 18:	SER E DEVER SER NA FILOSOFIA DE KANT	98
Capítulo 19:	O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA – A CONSCIÊNCIA COMO AUTORIDADE MORAL	103
Capítulo 20:	SER E DEVER-SER NA FILOSOFIA DE HUME	108
Capítulo 21:	A CONCEPÇÃO DE POINCARÉ DA RELAÇÃO DE CIÊNCIA E MORAL	110
Capítulo 22:	OBJETO DAS NORMAS: A CONDUTA DE PESSOAS	113

Capítulo 23:	A CONDUTA HUMANA COMPREENDIDA PELA NORMA: CONDUTA EXTERNA E INTERNA, AÇÃO E OMISSÃO, MAS SEMPRE CONDUTA SOCIAL	116
Capítulo 24:	CONDIÇÃO E EFEITO DE CONDUTA HUMANA COMO CONTEÚDO DE NORMA	118
Capítulo 25:	AS FUNÇÕES DA NORMA: IMPOSIÇÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO, DERROGAÇÃO	120
I.	Imposição e proibição: a mesma função com referência a diferentes objetos	120
II.	"Dever-ser" como expressão para todas as funções normativas . .	121
III.	Imposição, função diferente em Direito e Moral	122
IV.	Permissão num sentido negativo e num sentido positivo	123
V.	Ser-permitido e ser-imposto	125
VI.	"O que não é proibido, é permitido"	127
Capítulo 26:	AUTORIZAÇÃO: CONFERIR O PODER PARA ESTABELECER E APLICAR NORMAS	129
I.	Significado de autorização	129
II.	Atos não-autorizados: nulos	129
III.	Atos autorizados: impostos ou não-impostos	130
IV.	Autorização implica imposição	131
V.	Autorização e permissão positiva, cumprimento e aplicação de normas	132
Capítulo 27:	DERROGAÇÃO: ABOLIÇÃO DA VALIDADE DE UMA NORMA POR UMA OUTRA NORMA	133
I.	Conceito de derrogação	133
II.	Uma norma derogante não é derogável	134
III.	Derrogação <i>in casu</i> e não no caso de um conflito de normas . .	136
IV.	Expressão lingüística da derrogação	136
V.	Derrogação de norma geral e individual	137
VI.	Há normas não-derrogáveis?	138
VII.	O instituto da coisa julgada de decisões judiciais e administrativas	139
VIII.	Derrogação e abrogação: abolição de validade e limitação ou extensão do âmbito de validade	141
IX.	Modificação de lei	144
Capítulo 28:	NORMA JURÍDICA E PRINCÍPIO DE DIREITO. A TEORIA DA TRANSFORMAÇÃO, DE ESSER	145
Capítulo 29:	O CONFLITO DE NORMAS	157
I.	Conceito e espécies de conflito de normas	157
II.	Conflito de normas e contradição lógica	159
III.	Solução do conflito de normas mediante derrogação	160

IV.	<i>Lex posterior derogat priori</i> : um princípio jurídico-positivo, nenhum princípio lógico	161
Capítulo 30:	NORMA COMO MEDIDA DE VALOR E DIREITO COMO “DOCTRINA” – A SIGNIFICAÇÃO DE CONSTATAÇÃO DO TIPO LEGAL	163
Capítulo 31:	REGULAÇÃO JURÍDICA DA CONDUTA HUMANA: POSITIVA OU NEGATIVA – PLENITUDE DO ORDENAMENTO JURÍDICO; LACUNAS NO DIREITO	167
Capítulo 32:	DIREITO, DEVER E SANÇÃO	170
Capítulo 33:	O CONCEITO DE CONFERIR PODER: DIFERENTES SIGNIFICAÇÕES DESTA PALAVRA – O “DIREITO NO SENTIDO SUBJETIVO”	173
Capítulo 34:	EFICÁCIA, VALIDADE, POSITIVIDADE	176
I.	Eficácia e sanção	176
II.	Eficácia como condição de validade	177
III.	A positividade de Direito e Moral	179
Capítulo 35:	NORMA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA – DIFERENÇA ENTRE DIREITO E MORAL	181
Capítulo 36:	A VALIDADE TÊMPORO-ESPACIAL DA NORMA, O ÂMBITO ESPACIAL E TEMPORAL DA VALIDADE	183
Capítulo 37:	O ÂMBITO DE VALIDADE PESSOAL E MATERIAL (OBJETIVO)	186
Capítulo 38:	EXPRESSÃO DO ATO DE ESTABELECIMENTO DA NORMA – ENUNCIADOS SOBRE NORMAS	188
I.	Formas de expressão do ato de estabelecimento de norma – A expressão lingüística: imperativo ou proposição de dever-ser – Proposições do ser: enunciados como expressão de um ato de estabelecimento de norma	188
II.	Norma e enunciado, prescrição e descrição	190
III.	Enunciado sobre a uma norma: dupla interpretatividade do “dever-ser”	191
IV.	As proposições da Ciência do Direito: enunciados sobre normas jurídicas	194
V.	Ciência do Direito e Direito, Ética e Moral	196
Capítulo 39:	NORMAS QUE NÃO SÃO O SENTIDO DE ATOS DE VONTADE? A TEORIA DE MALLY	198
Capítulo 40:	AS NORMAS DA MORAL NÃO SÃO MANDAMENTOS? A TEORIA DE MANFRED MORITZ: MANDAMENTOS “LEGÍTIMOS” E “ILEGÍTIMOS”, CUMPRIMENTO “LEGÍTIMO” E “ILEGÍTIMO”	201

Capítulo 41:	NORMA E ENUNCIADO COMO SIGNIFICAÇÃO DIFERENTE DE PROPOSIÇÕES	207
Capítulo 42:	PENSAR E QUERER. SUA LIGAÇÃO	209
Capítulo 43:	NEM O ENUNCIADO NEM A NORMA “QUER” ALGUMA COISA	212
Capítulo 44:	VERDADE DO ENUNCIADO E VALIDADE DA NORMA . . .	214
I.	Nenhum paralelo: validade da norma condicionada pelo ato de vontade, cujo sentido é a norma; verdade do enunciado condicionada pelo ato de pensamento, cujo sentido é o enunciado . . .	214
II.	Validade de norma é sua existência, verdade de enunciado é sua qualidade	215
III.	Validade da norma temporalmente determinada, verdade do enunciado não temporalmente determinada	218
IV.	Validade da norma e pretensa “validade” do enunciado	220
Capítulo 45:	SER-VERDADEIRO DE UM ENUNCIADO E SER-BOM DE UMA CONDUTA	221
I.	Nenhum paralelo: o valor teórico e o prático	221
II.	Verdade material e lógico-formal	222
III.	Os princípios da Lógica não são normas. Verdade e veracidade . .	223
Capítulo 46:	VERIFICABILIDADE DA VERDADE DE UM ENUNCIADO – NÃO-VERIFICABILIDADE DA VALIDADE DE UMA NORMA	227
Capítulo 47:	A INDAGAÇÃO: “QUE DEVO EU FAZER?”	230
Capítulo 48:	ENUNCIADO SOBRE A VALIDADE DE UMA NORMA E ENUNCIADO SOBRE CONDUTA EFETIVA, A QUAL CORRESPONDE OU SE OPÕE À NORMA	233
Capítulo 49:	ENUNCIADO SOBRE UMA NORMA E CITAÇÃO DE UMA NORMA	236
Capítulo 50:	O PROBLEMA DA APLICABILIDADE DE PRINCÍPIOS LÓGICOS A NORMAS	238
Capítulo 51:	TEORIA DO “FATOR INDICATIVO”, IMANENTE AO IMPERATIVO, DE JÖRGENSEN	244
Capítulo 52:	TEORIA DO “CONTEÚDO TEORÉTICO” DA NORMA, DE HUSSERL	250
Capítulo 53:	TEORIA DA ASSERÇÃO CONTIDA NO IMPERATIVO, DE SIGWART	253
Capítulo 54:	TEORIA DA “TRANSFORMAÇÃO” DAS PROPOSIÇÕES DE DE EXIGÊNCIA EM PROPOSIÇÕES DE ASSERÇÃO DE DUBISLAV	255

Capítulo 55:	TEORIA DA ANALOGIA ENTRE “CERTEZA DE UM IMPERATIVO” E “VERDADE DE UM ENUNCIADO”, DE HOFSTADTER E MCKINSEY. TEORIA DA PARALELA ENTRE VALOR-CUMPRIMENTO DE UM IMPERATIVO E VALOR-VERDADE DE UM ENUNCIADO, DE ALF ROSS . . .	259
Capítulo 56:	A TEORIA DE GERHARD FREY	260
Capítulo 57:	A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DE NÃO-CONTRADIÇÃO A NORMAS	263
I.	A aplicabilidade a proposições de dever-ser	263
II.	A possibilidade da solução mediante aceitação da ligação de querer e pensar	264
III.	Nenhuma paralelidade de verdade e validade (ou cumprimento) .	265
IV.	Contradição de enunciados e conflito de normas	266
V.	Possibilidade de conflito entre normas de diferentes sistemas . .	268
VI.	A relação de uma norma com a norma que a derroga: nenhum conflito de normas	270
VII.	É possível uma aplicação análoga da lei de não-contradição a conflitos de normas?	271
VIII.	Nenhuma analogia entre verdade de um enunciado e cumprimento de uma norma	274
IX.	Verdade: qualidade de um enunciado – cumprimento: nenhuma qualidade da norma	275
X.	Direto e indireto cumprimento de normas	277
XI.	A aplicabilidade da lei de não-contradição a enunciados sobre o cumprimento de uma norma	279
XII.	Enunciados sobre a validade de uma norma e de uma norma que com ela está em conflito – nenhuma contradição lógica . .	281
XIII.	A norma derogante suprime a derogada; nenhum conflito de normas	283
XIV.	Nenhuma solução de um conflito de normas por meio de interpretação	284
Capítulo 58:	A APLICAÇÃO DA REGRA DE CONCLUSÃO A NORMAS . .	285
I.	O silogismo e a relação entre norma geral e individual	285
II.	A norma individual como ato no processo de produção do Direito	285
III.	A “Lacuna do Direito”	286
IV.	A autorização para o “fechamento de lacunas”	288
V.	O silogismo teórico	288
VI.	A verdade de um enunciado independe do ato do enunciado . . .	290
VII.	A conclusão: nenhum movimento do pensamento que conduza a uma nova verdade	291
VIII.	O silogismo pretensamente normativo	293

IX.	A validade da norma individual não é implicada na validade da norma geral, à qual ela corresponde	294
X.	A validade de uma norma é limitada pelo ato de vontade, cujo sentido é a norma	296
XI.	Normas meramente “pensadas”, normas fictícias	297
XII.	O ato de vontade, cujo sentido é a norma individual, não é implicado no ato de vontade, cujo sentido é a norma geral	299
XIII.	Reconhecimento da norma geral e fixação da norma individual	300
XIV.	Nenhuma conclusão da validade de norma geral para a validade de norma individual	302
XV.	Reconhecimento de norma geral como pressuposto para fixação de norma individual	304
XVI.	O “cálculo de cumprimento”	307
XVII.	Validade da norma geral precede à validade da norma individual – Validade de enunciados gerais e individuais, temporalmente independentes uns dos outros	309
XVIII.	“Condição” da norma geral: não um fato, mas constatação deste	310
XIX.	Função judicial como conhecimento do Direito	311
XX.	O “pensamento jurídico” e os princípios lógicos	313
XXI.	A significação de coisa julgada	317
XXII.	A relação entre normas gerais de diferente generalidade	319
XXIII.	Aplicação de princípios lógicos a normas meramente pensadas e a normas positivas	321
Capítulo 59:	PROBLEMAS LÓGICOS DO FUNDAMENTO DA VALIDADE	323
I.	A norma fundamental	323
a)	O silogismo teórico de enunciados sobre a validade de normas	323
b)	A norma fundamental como o supremo fundamento de validade de uma ordem normativa	326
c)	Fundamento de validade de uma norma só pode ser uma norma. Enunciados da Ética e da Ciência do Direito dependem do pressuposto da norma fundamental	328
d)	A norma fundamental – uma norma fictícia	328
e)	A norma “superior” e a “inferior”	329
f)	Ordem normativa como concatenamento de produção	331
II.	A natureza lógica da relação qualificada como “correspondência” entre duas normas	332
a)	A relação entre normas superiores não conteudisticamente determinadas e normas inferiores	332
aa)	A hipótese da determinação individual do órgão autorizado	333
bb)	A hipótese de determinação geral de órgão autorizado	334
cc)	A redução de conferência de poder a uma imposição	334

b) A relação entre determinadas normas conteudisticamente superiores e normas inferiores	336
aa) A relação entre duas normas gerais	336
bb) A relação entre norma geral e individual	337
cc) A relação entre duas normas individuais	339
dd) A correspondência como relação de subsunção	339
ee) A correspondência como outra relação lógica	340
ff) Correspondência no conteúdo entre norma superior e inferior	341
Capítulo 60: A ESTRUTURA LÓGICA DA NORMA HIPOTÉTICA. A RELAÇÃO DE CONDIÇÃO E CONSEQUÊNCIA	342
Capítulo 61: HÁ, ESPECIFICAMENTE, UMA LÓGICA "JURÍDICA"?	344
I. A conclusão analógica	344
II. O argumento <i>a maiore ad minus</i>	347
III. Resumo	349
ANOTAÇÕES	351